

A EPISTEMOLOGIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE TRATAM A SAÚDE DO DISCENTE E DO DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO BRASIL.

Autor: Warley Teixeira Gomes
Coautora: Vera Belinato

01 – RESUMO.

O Artigo Acadêmico tem por finalidade instigar no âmbito nacional, sobre a questão da implementação Lei nº 3688/2000, aprovada no Conselho de Justiça da Câmara dos Deputados no regime de urgência, que trata da inclusão do profissional de psicologia e do CRAS para atender alunos e familiares dos alunos que estejam matriculados na rede pública de ensino, sendo utilizado o método qualitativo e bibliográfico relacionados ao tema proposto que é “A Epistemologia das políticas públicas que tratam a saúde dos discentes e dos docentes nas Instituições Escolares no Brasil”. Tendo como abordagem as práticas das políticas públicas dentro das instituições escolares, como são implantadas, os acertos e erros, a preocupação de uma parte e o esquecimentos de outras e os seus resultados positivos e que muitas vezes são negativos no universo escolar educacional.

PALAVRA-CHAVES: Políticas Públicas; Instituições Escolares; Alunos e Familiares.

02 - SUMMARY.

The purpose of the Academic Article is to instigate, at the national level, the issue of implementation Law No. 3688/2000, approved by the Justice Council of the Chamber of Deputies in the urgency regime, which deals with the inclusion of the psychology professional and the CRAS to assist students. and family members of students who are enrolled in the public school system, using the qualitative and bibliographic method related to the proposed theme that is "The Epistemology of public policies that treat the health of students and teachers in School Institutions in Brazil." I approach the practices of public policies within school institutions, how they are implemented, the hits and misses, the concern of one part and the forgetfulness of others and their positive and often negative results in the educational school universe.

KEYWORDS: Public Policies; School Institutions; Students and Family.

A educação como ferramenta de transformação, evolução e perpetuação do conhecimento humano, sendo um conhecimento assistemático e sistemático vem sendo motivo de olhares mais aguçados nos tempos atuais em um universo em que tudo é permitido menos pensar, compreender, buscar razões para ter uma vida social igualitária, justa e contínua de desenvolvimento através da educação. Somos parte de um universo em que tudo depende do conhecimento, mesmo que esse conhecimento venha contrapor interesses de quem depende de uma alienação social para satisfazer os seus interesses de status, situação econômica e social.

Hoje estamos vendo um viés em que nem nos tempos da famigerada ditadura militar, denominado os “Anos Dourado do Chumbo”, teve noticiado ou visto atentados vergonhosos em que a educação tem passado nesses últimos cinco anos que assolam esse país. Desrespeito camuflados e as vezes até escancarados nas leis educacionais que sempre presou pela democracia, pela dignidade e do direito do saber, do conhecer e de pensar educação de qualidade e de até mesmo quebrando dogmas e estigmas que sobrepõe a diferença educacional social nesse país, mesmo não sendo praticado, mas estavam configurados nos anais da educação nacional.

Vive em dias em que a educação está correndo um sério perigo na sua conjuntura estrutural, onde o que é Lei não são cumpridas, onde consta em anais a serem seguidos para um bom desempenho na guerra entre a busca do conhecer e saber contra o interesse de sempre querer tirar proveito do que seria correto em propagar uma suposta condição favorável a garantir a demanda dentro de uma condição desfavorável a chamada políticas públicas educacionais. Sabe que sempre terá um jogo de interesse quem está no topo da pirâmide que domina a parte mais inferior, que está concentrada a maior parte de uma sociedade, de uma nação pobre ou em conflito social, de um país subdesenvolvido, de um continente, onde a maior parte dos seus países foram colônias de exploração e de uma situação globalizada desfavorável.

A educação, nos seus primórdios conhecimentos, desde da didática magna, das teorias evolucionistas em que os teóricos buscavam compreender a forma pelo qual o homem passavam a aprender, entender e compreender o universo pelo qual o saber, teriam formas e caminhos para serem desenvolvida, teve uma concepção dentro do meio onde eram pesquisadas, uma tendência a atender certos parâmetros

e contexto onde eram feitas tais pesquisas e experimentos. Pode ter como exemplo duas vertentes opostas que onde dois teóricos renomados dentro da educação tiveram como campo e universo, dois campos de atuação oposto e que pode compreender teorias onde o meio pode influenciar a forma de conhecer e de aprender. Esses teóricos foram Jean Piaget, onde o campo e universo de experimento foi a seu lar e com o seu filho que tinha toda uma estrutura econômica e social sólida e de fartura e o outro teórico foi Lev Vygotsky, que usou o campo de atuação para o seu campo de estudo e observação o ambiente natural onde o observado vivia e habitava de acordo com a naturalidade do seu campo social e econômico, muitas vezes em situação digna de resiliências.

E com o passar do tempo, pode perceber que o modelo de políticas públicas começa de cima para baixo, onde o privilégio devia ser distribuído de forma comum, igualitário, democrático e libertário sem discriminar, sem excluir e sem privilegiar, e ver tudo ao contrário.

O contexto de políticas públicas educacional nos moldes do que temos em vigor, que eram promulgada por governos populares que tinham o interesse de tornar-se realmente a educação de forma funcional verdadeiramente pública, foi se ruindo, desmoronando e dentro do que está na Lei, sendo furtada de forma pública e sendo mascarada e alienada para aqueles que estavam sendo atendido pelo governo popular com esses benefícios. O que é público, popular e democrático está indo para um viés elitista e sendo utilizado pelo sistema em forma de alienação social.

Sempre as políticas públicas educacionais brasileira tiveram cunho, na sua totalidade e maioridade de interesses às vezes claros ou obscuros voltada para ter privilégios de terceiros, menos o que a lei fala em atender.

A política educacional foi paradigmática dessa situação, pois muitos planos e metas chegaram a ser anunciados com grande impacto midiático - os planos de atendimento às crianças, redução do analfabetismo, universalização do ensino fundamental, etc. -, porém, quando se procuram as ações efetivas, nota-se que praticamente nada foi executado; o que, segundo a literatura, caracteriza o período como tendo sido de “muito discurso e pouca ação.” (CASTRO & MENEZES, 2003, p.13)

Segundo os autores da citação acima, Estão voltando aqueles tempos, onde a educação eram para quem pertencia a casta, clã, camada social privilegiada e que podia sustentar o status do conhecimento e do saber para poder tirar o proveito de quem não tinha o privilégio de ter um tutor, um educador particular ou de poder ter o conhecimento em um monastério, convento ou no centro especializado de educação como Instituto, Liceu, uma escola secundaria ou superior particular.

Com a iminência ruptura de um governo popular e democrático, com uma visão social voltada para o desenvolvimento, onde um governo intitulado como salvador de bons costumes, ética e moral da vida social do país, onde corre o risco de fazer um estado laico ser uma nação com uma centralização de intolerância religiosa em nome de uma sociedade pura e com o status do bons costumes, estamos correndo o risco da educação sofrer um viés vergonhoso e de quebra democrática no espaço educacional, na reformas e contra reformas da educação dentro de um modelo voltado para a quebra do que é verdadeiro aparato para o desenvolvimento do país e de uma nação.

Quando um governo corta gasto de uma pasta ministerial que é da educação, onde promove mudanças nas estrutura de centro acadêmicos superior, de programas de linhas de pesquisas ou de centro que desenvolve pesquisas para obter avanços de forma plural em conhecimento de estudo para o bem comum social, onde mexe com a forma de empregar ensino na educação básica de ensino médio secundário, onde propõe mudanças dentro dos currículos das escolas municipais, estaduais, nas escolas técnicas profissionalizantes estaduais e federal, pode entender que a ideia desse governo não é promover o que é de mais importante para o desenvolvimento de um indivíduo, de uma classe social, de um espaço social e comum, de um país e sim de alienar e fazer com que o topo da pirâmide sustente o poder em relação as camadas mais baixas da pirâmide social, intelectual, econômica e educacional.

Pior ainda é quando quer implantar uma educação voltada para a disciplina rígida militar, que a visão de uma educação democrática volta para a educação da farda verde oliva, da disciplina através de castigos, de prepotência do poder do status da patente e da vanguarda da quebra do pensamento crítico e plural dentro de um universo voltado para o que pode ser falado, ouvido, observado, com o risco de ser amordaçado, punido com torturas e com desaparecimentos. A educação alienista do poder e da subjugação do pensamento e da compreensão.

Ai vai ter a exigência de uma educação de qualidade, de metodologias inovadoras, de educadores mágicos na arte de professor de ter resultados imediatista para superar índices e a procura de uma educação para satisfazer a camada mais perpetua no topo da pirâmide e não vai conseguir, pois o maior interesse do sistema é que nunca os que estão na base e no meio da pirâmide chegue ao topo.

Nessa conjuntura é que entra a máscara das políticas públicas educacionais em dizer que é voltada para suprir a desigualdade de conhecimento e de oportunidade de avanço na esfera social daqueles que estão loucos para ultrapassar as camadas inferiores da pirâmide através do conhecimento educacional, assim a escola vai tornar ferramentas de alienação em ser uma verdadeira ferramenta de transformação social, intelectual e de avanço social para o bem comum.

04 - O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

A forma pela qual é tratada a educação nos países em que a supremacia vem da classe superior elitizada, onde impera a política neoliberal, onde prevalece a busca de que a economia, o lucro e o poder deva ser conquistada de forma selvagem, sem ter um olhar para o todo e não para o individual crescimento pessoal, aí pode ver o que difere o que é ser público, coletivo e plural.

Segundo o conceito de política pública educacional é que deveria ser uma educação de qualidade para um todo, para atender a necessidade de quem não tem condições de ter uma forma privada e que também de atender a necessidade de quem tem a sua profissão voltada em trabalho em instituição que fornece o trabalho social, principalmente na área de educação e de saúde. Assim pode compreender que o sistema público tem como dever facilitar e fornecer aos profissionais o desenvolvimento intelectual para os agentes públicos.

Nesse sentido, tais políticas têm uma importância em não obstruir o que pode ser um bem público, trazendo benefício só para uma minoria e que acaba prejudicando todos. Um país que adota um sistema de economia neoliberal, onde a concorrência do lucro, do status e do bem estar, está respaldado no topo da pirâmide, as sobras é que descem a escada como migalhas e naco da fatia do pão.

As políticas públicas educacionais, numa época de incertezas, onde o que vem do alto está acabando com uma fórmula educacional que visa um conhecimento humanístico, descentrando a questão etnológica, inovando com metodologias trans,

multi e interdisciplinar, onde nem o livro e o que se intitula do dono do saber não passa de uma ferramenta para fortalecer as estruturas físicas e humana, a formação continuada, a valorização do profissional de educação, por isso foi incluído na Lei 9394/96 e dentro da Constituição Federal, isso sim foi uma política pública de valorização e hoje vemos a sua sucatação devido aos interesses de alguns agentes que tem uma visão arcaica e retrograda em um conceito de ver o que interesse aos seus pares e a verdadeira alienação para confirmar a sustentação econômica e social de quem não quer ver uma nação progredir.

As formas como camuflam os interesses é muito vergonhoso e, infelizmente, fomos educados com uma cultura de não importar com o que me incomoda. São coisas que se pergunta: De quem é o interesse de cortar os ensinamentos humanísticos nos ensinamentos do fundamental II e do ensino médio? De quem é o interesse incluir dentro das unidades escolares, metodologias disciplinares, com o cunho militar e religioso?

Assim pode ver claramente que alguém vai ser beneficiado e não a camada social e nem o que pode se chamar de bem comum. Uma das inquietudes dos educadores que sonham em uma base comum de verdade, sem máscara, sem interesse individual, político partidário ou para obter influências de status sociais ou de um grupo interessado em perpetuar castas sociais. Vejamos como foi ingrata a política social de desenvolvimento do nosso país, onde pode ser visto, desde do Brasil Colônia e do Brasil República um maior investimento em todos os fatores na região Sul e Sudeste enquanto as outras regiões ficavam à custa das migalhas que sobravam dos investimentos nas regiões citadas e assim foi na questão educacional essa é uma realidade que aconteceu no passado e que refletiu no presente e assim vai continuar a ter essa desigualdade.

Estamos voltados para as medidas provisórias, as ementas constituintes dentro de uma “reformulação da educação pública” que tem a titulação de uma higienização educacional, onde estão uma base comum curricular que exclui a ideia do pensamento humano racional, estamos caminhando para um ensino religioso disfarçado de democrático, estamos caminhando para uma doutrinação nos moldes militares corporativista, estão querendo fazer com que a educação seja tratada com uma temática em que tudo volte ao modelo de antes.

Uma das propostas do governo é a Lei nº 3688/2000, aprovada no Conselho de Justiça da Câmara dos Deputados no regime de urgência, se aprovado, vai atender um desejo de um segmento que toda vida vem lutando para entrar na educação, isto

que ultimamente dentro do universo escolar está sendo levado para o lado de transtorno psicológico, ou uma questão social dentro e fora da escola. Mas já existe um profissional, clínico e institucional (escolar) que tem a função de reconhecer os problemas em que os alunos possam ter na questão da dificuldade do aprender, do déficit de atenção e de aprendizagem, da questão de transtorno voltado para o comportamento do aluno fora e dentro da sala de aula.

A presença dos assistentes sociais, sobretudo, nas escolas, tem sido tomada como a presença de um profissional que possa contribuir com a ampliação do processo educacional em sentido amplo, ou seja, contribuindo para o acesso e a permanência das crianças e jovens na educação escolarizada, assim como para a extensão dessa convivência para outros membros da família, que por razões sociais diversas não concluíram ou experimentaram plenamente esta oportunidade. (ALMEIDA, 2005, p. 4)

A ideia da vinculação do Assistente social e dos profissionais de psicologia vai atender uma necessidade que há muito tempo vem sendo cobrada, vai poder ajudar aos coordenadores pedagógicos, aos professores e vai poder concretizar um papel de rede que devia ser empregado nas unidades escolares há muito tempo. Também pode incluir mais um profissional que há pouco tempo foi reconhecido a sua profissão que são os psicopedagogos.

Acredita que esse profissional da psicologia só, não teria facilidade em diagnosticar o que faz aprender em um universo social, em um universo patológico clínico emocional ou com o déficit de alguns transtornos, sendo implantado dentro do corpo docente da escola, teria dificuldade de lidar com o que tange a educação, pois dentro do currículo da formação do psicólogo, não tem a disciplina didática, pois ele não teria contato com a forma de ensinar e como alunos aprender, pois teria que atender fora do ambiente escolar, surtiria mais efeito do que um psicólogo só e sem uma rede para o apoiar, pois onde entraria a didática, metodologias e outros conhecimentos educacionais que não são disciplinas incorporados no curriculum do curso de psicólogo ou de psicologia. Não quer dizer que o psicólogo não dê resultado, mas se o psicólogo tivesse ajuda de uma equipe em rede que são um psicopedagogo (profissão ligado diretamente a pedagogia e a psicologia), Um neuropsicopedagogo, assim teria uma equação mais eficiente na luta contra os transtornos que envolve a questão social, psicológica e física do aluno dentro do universo escolar.

“Investigando de maneira mais profunda o perfil dessas crianças, através de uma pesquisa realizada pelo Observatório Social da Maré, observou-se existirem fatores decorrentes da condição de vulnerabilidade social das famílias em questão - desemprego dos pais, ingresso precoce de crianças no trabalho, conflitos familiares e determinadas doenças que afetam um ou mais membros da mesma família. As variáveis explicam tanto a limitação das possibilidades de ingresso como a permanência das crianças na escola.” (CEASM, 2003 apud FARAGE, 2006, p. 60)

Neste contexto da citação acima, ver-se a importância de uma rede entre a função do psicólogo, do psicopedagogo e do neuropsicopedagogo, onde uma profissional vai suprir a necessidade do outro no contexto funcional. Pois sabe que o psicólogo não teve a didática no seu curriculum de formação, mas o psicopedagogo teve, o neuropsicopedagogo teve a complementação que falta aos dois profissionais da área física e mental. Assim, pode entender que a parceria surtiria mais resultado do que um só.

Outro problema, que também seria importante reconhecer, que não é só o aluno ou discente que precisa de cuidados profissionais das ciências humanas que trata da psiquê, também aquele que tem a função de professor.

Muitas vezes o professor, tem uma preocupação como profissional que deve estar completamente lúcido, sem nenhuma enfermidade nem física e nem emocional para fazer cumprir sua obrigação de professor e de detectar alguns transtornos nos alunos.

Para que os profissionais acima citados possam se tratar sabe-se que não tem nenhuma Lei Institucional que trata da saúde do professor, pois a preocupação dos órgãos governamentais educacionais, são voltados para aqueles que tem na maioria das vezes, um contexto social tão sobrecarregado que faz o educador ter alguma síndrome e não tem uma lei que o ampara para o tratamento dessas síndromes. Podemos discorrer sobre os vários fatores que corroboram para que a sobrecarga acarrete multiconsequências, pode começar citando a LER, doença provocada por movimentos repetitivos, bucite, por tratar de uma síndrome que acarreta por forçar ou permanecer os ombros em uma posição em movimento por muito tempo, pode acontecer que o educador tenha problema de hipertensão por motivo de desinteresse e pouco caso sobre o que o professor está ensinando, uma estafa por acúmulo de

atividades ou por ter uma grande jornada de trabalho para melhorar sua renda familiar, depressão quando o educador começa a conhecer a realidade dos seus alunos e compreender o porquê não aprende, sem motivação e vontade de querer aprender supostamente devido a sua questão social e econômica no espaço onde vive e, ele, o professor não tem condição de modificar esse quadro para que o aluno aprenda.

05 - O PROFESSOR E A SUA SAÚDE.

Ultimamente uma das profissões que mais deve ter cuidado no seu dia a dia e que devido a sua carga horária de trabalho e baixa remuneração é a de professor. Ele se preocupa com a vida social dos seus alunos, a dificuldade de aprendizagem, idade de distorção em relação a série e por último com a falta de educação e de disciplina educacional familiar. Muitos pais ainda tem uma concepção que a escola é que educa e os seus professores são os agentes educacionais ou de tutoria dos seus filhos! A profissão de professor ainda tem o acúmulo de trabalho extraclasse, mesmo que ainda tenha carga horária de Atividade Complementar (AC) nas escolas e esse trabalho continua em casa. (NEVES, 1999).

As mulheres professoras têm, em sua maioria, nos momentos de tempo livre, ocupados com o trabalho doméstico. O peso do trabalho doméstico contribui para o desgaste das professoras, além de não ser reconhecido socialmente. A dupla jornada, além de implicar um maior número de horas, supõe uma divisão emocional entre as exigências do trabalho e das necessidades da família, gerando com frequência uma dupla culpabilidade, aumentando a predisposição a doenças ou a sua cronificação e a sofrer acidentes. (Neves, 1999, p. 132)

Muitos desses profissionais tem famílias, problemas pessoais, tem problemas familiares e sociais e sem contar que dentro do seu trabalho e profissão ainda encontra problemas na escola. O professor ao longo de sua trajetória de trabalho continua com uma pressão dentro da escola para realizar um bom trabalho, mesmo não tendo uma formação continuada adequada, a pressão dos pais que intitula o professor como um educador social familiar e que todo dia tem uma pressão psicológica no processo de ensino aprendido. Outro fator que ainda tem uma preocupação é o desajuste social dentro do habitat onde está inserido como uso de

drogas, a condição econômica e de postura social dentro da sociedade. O professor não tem sangue frio, o professor não tem uma profissão que não tenha sentimentos e nem tem uma empatia emocional no seu íntimo. O docente, dentro dos relatos históricos, não teve uma preocupação voltada para a sua saúde, pois tinha um estigma e dogma que o professor seria um ser resistente, forte e dono do saber. Mas volta e meia você encontra professor com ler, (doença causada por movimentos repetitivos), doenças de hipertensão e hipotensão, doenças depressivas, doenças psicomotoras e neuropsicológicas. O que pode ser feito para que o professor exerça sua profissão por longo tempo que exerça a sua saúde funcional. Será que as mesmas terapias feitas para alunos possam ser feita para educadores? (ESTEVE, 1999).

(...) essa expressão tem sido usada para designar os efeitos permanentes de caráter negativo que afetam a personalidade do professor, como resultado das condições psicológicas e sociais em que se exerce a docência. É, portanto o termo que tem nomeado o complexo processo no qual professores expressam suas marcas subjetivas e corporais produzidas no processo de trabalho, suportado à custa de desgaste e sofrimento. Tem modalidades como a inibição e o denominado “recurso de rotina” que são consideradas formas de cortar a implicação pessoal com a docência e eliminar as tensões provenientes dela. (Esteve, 1999, p. 39).

As consequências singulares na vida de um educador quando trata de uma carga horária que ultrapassa o limite da resistência física e mental faz com que tenha um distúrbio emocional, físico, comportamental e social durante a sua carga horária de trabalho ou na sua vida pessoal. Hoje, não podemos comparar o ensino ou as práticas didáticas e metodológicas iguais as anteriores dentro de uma sala de aula, a clientela atualmente está muito diferenciada, pois a educação e o educador encontra uma realidade na dentro do seio social, a forma de criação, os limites impostos pelos pais, a necessidade do educador ser fascinante em relação a internet, ao celular, tablete, Ipode, com os aplicativos do whatsapp, facebook, instagran, skype e a necessidade imediatista desse educando em realizar as coisas que te dão prazer imaterial e materialmente, a vida social desse aluno no meio onde ele está inserido que pode ser a indiferença social que tem com o que é certo ou errado na forma de

viver em grupo. As cobranças dos gestores e dos sistemas escolares a exigir que o professor seja mais importante do que os itens acima citados, a cobrança, a carga horária de trabalho, a sua condição de chefe de família e as suas obrigações do lar, tudo isso contribui para que o professor seja também um ser que precisa ter esse cuidado não só pessoalmente como também das instituições que precisam das suas habilidades profissionais com saúde, com motivação, com equilíbrio, com estimulação para fazer com que a sua praxe dentro do universo educacional seja bem praticada e que possa ter resultados satisfatórios dentro das qualidades funcionais. Vamos tomar como base a problemática da saúde do professor no Estado do Paraná, onde os comentários no meio da educação do Brasil, os professores têm maior valorização e condição de trabalho. (JACQUES, 2010).

Sendo assim, algo que deve ser observado é a maneira que é tratada a formação do educador para lecionar e obter resultados milagrosos sobre uma clientela, na maioria das vezes descomprometida com o aprendizado e sua evolução social no contexto escolar para uma vida transformadora, de qualificação de conhecimento para enfrentar uma sociedade desigual em várias frentes num contexto complexo de vida. Também tem a exigência de ter uma formação continuada ao longo do sua jornada de efetivo labor da profissão do magistério, que muitas vezes não são ofertadas pela unidade escolar e o sistema no qual é integrado para que tenha novas metodologias para suprir as exigências de qualidade por todos que estão acima da hierarquia trabalhista e pela sociedade em que a escola atende. Essas adversidades desafiadoras do professor vêm, muitas vezes, encurtando “a vida útil do professor” nas atividades no qual exerce e tem como consequência as patologias que força o professor procurar aposentadoria, ser espelho para que novos pretendentes de exercer a função do magister desistir dessa valorosa profissão para a sua vida. (IAMAMOTO, 2007).

Dessa forma, o profissional de educação que for depender de políticas públicas para a preocupação de preservar, manter e de promover sua saúde, por ter uma condição favorável para o desempenho da sua profissão, não espere porque o professor é visto como um super-homem, como um ser inatingível, que não adocece, que não passa por transtornos, que não são de carne, sangue, emoções e de raciocínio. Visto que preocupam com os alunos, preocupam com a família, preocupam com a estrutura da escola, preocupam com novos parâmetros, preocupam com a formação de material lúdico para desempenhar novas formas de aprender, mas não

preocupam com o bem estar e com a saúde de si. Vivemos, infelizmente, dentro da educação, por incrível que pareça com a preocupação de obtenção de recursos, como por exemplos, IDEB com nível elevado vem recursos, IDEB com índice insuficiente vem recurso, quantidade de números de alunos na escola vem recursos, agora com a inclusão do psicólogo e do CRAS na escola, vem mais recursos e porque não criam um programa de políticas públicas para a saúde do professor com recursos para as escolas tratem seus profissionais que professam o saber?

06 – CONCLUSÃO.

Portanto, entende-se que no universo educacional a maior preocupação está no desenvolvimento coletivo social voltado a um interesse maior do que realmente aparece, vemos a questão do IDEB, quando trata de vinculação de verbas para as instituições escolares, ver-se nitidamente quando trata de vincular aluno dentro das políticas educacionais que é o quantitativo financeiro, quando se trata de matrículas, escolha de livros didáticos, quando trata de formulação de parâmetros escolares, a saúde física e mental dos alunos no que tange a questão da aprendizagem e o que não está incluindo na questão de recursos financeiros, fica com quarto ou quinto lugar a nível de implementação. Isso pode ser visto claramente no que trata da saúde dos educadores e dos profissionais de educação que não tem nada institucionalizado em políticas públicas no que trata da saúde física e mental, no que diz respeito para quem faz a educação promover e funcionar corretamente que são os educadores e professores, principalmente da educação básica.

07 - REFERENCIAS.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **“A educação Como Direito Social e a Inserção dos Assistentes Sociais em Estabelecimentos Educacionais”**. In: O Serviço Social e a Política Pública de Educação. 2005.

ARAYAGO, R. et al: **Síndrome de Burnout entre os residentes e especialistas em Anestesiologia**. Salus, vol.20, nº1, Valencia, Venezuela, em Abril, 2016.

ARGOLO, J. C. T. et al. **A síndrome de Burnout e os valores organizacionais: Um estudo comparativo em Hospitais Universitários.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 2002.

ARROYO, Miguel G. 2004. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres.** Petrópolis, RJ: Vozes.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. (org.). Burnout: **Quando o trabalho ameaça o bem estar do trabalhador.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CARLOTTO, M. S. **Síndrome de Burnout e o trabalho docente.** Revista Psicologia em Estudo, vol.7, Jan/jun.2002.

CASTRO, Jorge Abrahão de, e MENEZES, Raul Miranda. **Avanços e Limites na Gestão da Política Federal de Ensino Fundamental nos Anos 1990.** Texto para Discussão nº 947, Brasília, abril de 2003.

CODO, W. Educação, carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes/Brasília, CNTE-UnB, 1999.

CODO, W. Educação: carinho e trabalho. Vozes. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1999.

COSTA, T.S.L. et al. Prevalência da Síndrome de Burnout em uma Amostra de Professores Universitários Brasileiros. Piracicaba. São Paulo, 2012..

DEJOURS, C. A loucura do trabalho. São Paulo: Cortez- Oboré, 1992.

DEJOURS, C. O fator humano. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

ESTEVE, J. M., O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru: EDUSC, 1999.

FARAGE, Eblin Joseph. **Um Olhar Sobre a Escola Pública na Favela: A Inserção do Assistente Social.** 2006. 104f. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Mimeo.

FRANÇA, L. C. A.; RODRIGUES, L. A. Estress e Trabalho: Uma abordagem Psicossomática. Ana Cristina Limongi França, Avelino Luiz Rodrigues- 4. ed. 3. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

FREIRE, A. M. et al. Síndrome de Burnout: Um Estudo com Professores. São Paulo, 2015.

HIUZINGA, Johan. **Homo Ludens.** 4ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva S/A. 2000.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6ed. São Paulo: Cortez, 2007.

JACQUES, G. M. Saúde Mental e Trabalho. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

JACQUES, G.M. Saúde/doença no trabalho do psicólogo. O trabalho do psicólogo no Brasil. Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Sônia Maria Guedes Gondim (organizadores). -Porto Alegre; Artmed, 2010.

JBEILI, C. Burnout em Professores: Identificação, Tratamento e Prevenção. 2008. Disponível em [HTTP: W. W. W. Sinpro-rio.org. br / download/ cartilhas/burnout.pdf](http://www.sinpro-rio.org.br/download/cartilhas/burnout.pdf).

JODAS, D. A.; HADDAD, M. C. L. A Síndrome de Burnout em trabalhadores de enfermagem de um pronto socorro de hospital universitário. Acta Paul Enferm, 2009.

KENSKI, V.M. O papel do Professor na Sociedade: Ensinar a Ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média. São Paulo; Ed. Pioneira Thompson Learning, 2001.

LARA, S. A. Síndrome de burnout em profissionais da área da saúde mental. Monografia de conclusão de curso de especialização o de saúde do trabalho, UFPR, Curitiba, 1999.

PICHON, Enrique Ravière. **O Processo Grupal**. Editora Martins Fontes. São Paulo. 2005.

PONTES, Jefferson da Silva. QUINTILIANO E AS EMOÇÕES: PÁTHOS E ÊTHOS. **ContraCorrente**, [S.l.], n. 6, p. 43-53, maio 2017. ISSN 2525-4529. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/543>

RODRIGUES, W. S., Dificuldades e Desafios para a Prática da Docência nas Instituições Privadas, 2011.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2002.

TOLEDO, C. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. 2 ed. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2ed. Set.2005.

WINTENBERG, D. C. D. Síndrome de Burnout: Conhecer para prevenir-se uma intervenção necessária. São Mateus do Sul, 2009.

ZAGURY, Tânia, 2006. "O professor refém". Rio de Janeiro: Record. 4 ed.